

ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO COLETIVO: UM OLHAR SOBRE A COOPERATIVA DO RIACHÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS - BRASIL

SILVA, Queite Marrone Soares da¹

ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de²

PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho³

Resumo: Pretende-se discutir a perspectiva do trabalho coletivo na economia solidária, a partir de vivências junto aos trabalhadores da Cooperativa do Riachão, localizada numa comunidade rural, no município de Montes Claros, Minas Gerais/Brasil, nesta, aproximadamente 240 famílias agricultoras extrativistas são beneficiadas com a geração de trabalho e renda, através de iniciativas pautadas no associativismo, cooperativismo e coletivismo. Entre as décadas de 80 aos anos 90, surgem no Brasil experiências de economia solidária, resultantes da crise do mercado de trabalho, e do aumento do desemprego, sendo uma resposta importante aos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Trata-se de reações fundamentadas na organização dos grupos de trabalhadores, pela via da solidariedade, coletividade, cooperação e autogestão. Neste sentido, pretendemos apresentar as conquistas, desafios e dilemas dos trabalhadores da COOPERIACHÃO, em torno de um projeto que visa à emancipação dos atores sociais e a transformação social dos sujeitos.

Palavras - chave: Economia Solidaria; Trabalho coletivo; COOPERIACHÃO.

Abstract: It is intended to discuss the prospect of collective work in solidarity economy, from experiences with those of the Cooperative Riachão workers, located in a rural community in the municipality of Montes Claros, Minas Gerais / Brazil, this approximately 240 farming families extractive are benefited with the generation of jobs and income through initiatives grounded in associations, cooperatives and collectives. Among the 80 to 90 years, appeared in

¹ Mestranda em Desenvolvimento Social no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/BRASIL. E-mail: keitymarrone06@yahoo.com.br. Bolsista CAPES.

² Mestranda em Desenvolvimento Social no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/BRASIL. E-mail: aninha_rochaaraujo@hotmail.com. Bolsista CAPES.

³ Mestrando em Desenvolvimento Social no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES/BRASIL. E-mail: weslleyrcp@gmail.com. Bolsista CAPES.

Brazil experiences of solidarity, resulting economy of the labor market crisis and rising unemployment, and an important response to the workers in relation to changes in the world of work. It is grounded in the organization of groups of workers, by way of solidarity, community, cooperation, and self-management reactions. In this sense, we intend to present the achievements, challenges and dilemmas of workers COOPERIACHÃO, around a project that aims at empowerment of social actors and social transformation of the subject.

Keywords: Solidarity Economy; Collective work; COOPERIACHÃO.

Introdução

A economia solidária surge através de ações estratégicas para a sobrevivência, assim, a dinâmica do capitalismo e do crescente aumento do desemprego, impulsiona a busca de alternativas para geração de trabalho e renda. Se para o trabalhador, a individualidade e o “estar sozinho” dificulta suas ações, ele potencializa o seu espírito coletivo, e juntamente com outros trabalhadores que vivenciam a mesma dinâmica, passam então a construir e reconstruir suas potencialidades diante das crises.

Dentre estas possibilidades de trabalho coletivo, podemos citar o cooperativismo, o associativismo, os grupos informais, entre outros, que tem como base a via da solidariedade, coletividade, cooperação e a autogestão do seu próprio empreendimento.

No que se refere ao mundo do trabalho, podemos destacar a divisão do trabalho, a informalidade, os baixos salários, o desemprego, e a precarização do trabalho de um modo geral, como fatores que atuaram negativamente na vida do trabalhador, que diante desta dinâmica, teve que construir alternativas para minimizar as dificuldades, gerar renda, e superar a pobreza.

A precarização do trabalho e o desemprego ocasionaram uma série de fatores sociais, entre eles se destaca o crescimento do trabalho informal relevante para compreendermos as estratégias de enfrentamento do desemprego que foram surgindo em nossa sociedade, como resposta a crise do emprego e as dificuldades para ingresso no trabalho formalizado.

As iniciativas coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda surgem num contexto de crise, com o aumento do desemprego e da precariedade nas relações de trabalho, assim, propõe questionamentos acerca do modelo econômico vigente e das conseqüências econômicas, sociais, e ambientais para a sociedade.

Nesta perspectiva, pretendemos discutir a perspectiva do trabalho coletivo na economia solidária, a partir de vivências junto aos trabalhadores da Cooperativa do Riachão, localizada numa comunidade rural, no município de Montes Claros, Norte do estado de Minas Gerais, que está localizado no Sudeste do Brasil.

Alguns apontamentos sobre a dinâmica do trabalho no modo de produção capitalista

Diversas discussões são feitas em torno da dinâmica do trabalho, assim, enfatizamos que o trabalho e a atividade que é empreendida pelas mãos do homem, dão objetividade ao mundo. (GRINT, 1998). De acordo com Albornoz (1988) a palavra trabalho apresenta muitos significados na linguagem cotidiana, contudo existe uma oscilação em seu conteúdo. A palavra trabalho envolve características subjetivas como: emoção, dor, tortura, suor do rosto e fadiga; em outros momentos “designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura.” Desta forma, a ação do homem e o seu esforço físico, significa a sua sobrevivência e a sua dignificação enquanto ser humano.

Marx (1983) entende a força do trabalho como o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. A medida que ela é oferecida a venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, ela aparece no mercado.

Os homens possuem o papel mais importante no que se refere à constituição das forças produtivas, uma vez que possuem a capacidade de decidirem os caminhos da produção, ou seja, o que produzir e para quem produzir, são eles que produzem as mercadorias. Desta forma, compreender a dinâmica do trabalho é fundamental para analisar as mudanças da sociedade capitalistas, vale ressaltar que de fato há muita riqueza produzida, mas que não é distribuída de forma igualitária. (LUCENA, 2006).

De acordo com Marx (1983) o trabalho deixa de ser livre e passa a ser alienado, pois neste, os homens não mais se reconhecem no produto final criado, este não mais o pertence, e a divisão do trabalho interrompe o processo de criatividade do homem empregado no processo produtivo, interfere na característica que é fundamental na diferenciação entre o animal e o homem, a capacidade criativa. O aumento cada vez maior da especialização e a divisão do trabalho teriam ocasionado a alienação do trabalhador que perde a noção do processo como um todo, não se reconhecendo no produto final e não desenvolvendo a sua capacidade criativa na produção. Marx (1974) apud Antunes (1999) afirma ainda que

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. (p.173).

Diante disto, vale à pena relembrar o ponto central de Polanyi (2000) quando parte do pressuposto de que o estabelecimento de um sistema de mercado auto-regulável foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente. O mercado de trabalho competitivo ameaçou o trabalhador, o desenvolvimento do sistema de mercado acompanhou uma mudança na organização da própria sociedade, seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico, com terríveis efeitos nas vidas das pessoas, o moinho satânico teria triturado os homens em massas.

Nesta perspectiva de organização do modo de produção capitalista, Marx (1983) destaca que existe um exercito de reserva de mão de obra que contribui para que o trabalhador aceite suas condições precárias de trabalho, uma vez que ele só tem como mercadoria a sua força de trabalho, a única coisa que ele tem a vender; assim, o possuidor do dinheiro marcha como capitalista, e o trabalhador, como alguém que levou a própria pele para o mercado.

Neste sentido, Wood (2014) retoma a discussão, afirmando que o capitalismo teria separado a economia de outras dimensões da realidade, criando uma nova forma de exploração, sustentado pela coerção e imperativos econômicos, e não mais pela força direta, assim, acredita em dois momentos de exploração do trabalho, a apropriação do trabalho que não lhe pertence, bem como o poder coercitivo que é imposto sobre o trabalhador.

Há um enfraquecimento dos laços sociais, e o homem permanece submisso e “parcialmente livre” diante da dinâmica de transformação do trabalho. Assim, Lewis (1969) discorre que um número significativo de pessoas sai do setor de subsistência, caracterizado pela produção de bens primários, para o setor capitalista, para trabalhar, de forma que, o aumento de pessoas disponíveis ao mercado, acrescentado da mão de obra desqualificada, contribuem para que o preço do trabalho corresponda a um nível de subsistência.

Existe uma coerção econômica que faz com que os trabalhadores vendam sua força de trabalho por um salário de subsistência, essas relações são vistas como uma transação de indivíduos iguais e livres, contudo, não são transparentes, os meios pelos quais ocorre a apropriação são obscuros por sua própria natureza. Se por um lado o estado tem de ajudar na sobrevivência de uma parcela da população em estado de vulnerabilidade social, por outro,

essa ajuda deve ser mínima, de forma, que não estejam livres da imposição da venda de sua força de trabalho, quando assim for necessário. Desta forma, é inegável a concorrência de mercado, a coerção sobre os trabalhadores, a acumulação de lucros, o distanciamento entre ricos e pobres e as injustiças sociais. (WOOD, 2014).

Marx (1983) afirma que o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal, destacando que existe uma apropriação do trabalho alheio, e que a força de trabalho que não foi paga pelo capitalista legitima a exploração do trabalho, assim, o crescimento de capital e de riqueza é acompanhado pela constituição contínua de um “exército industrial de reserva”. Através da mais-valia, apropriação do excedente, do trabalho que não foi pago ao trabalhador, Marx destaca que por toda parte, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; o comprador a consome, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadoria e de mais-valia.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, a maior dominação é aquela que aliena o homem e o torna dependente do sistema, é o que ocorre com o trabalhador, que por sua vez, produz mais valor do que recebe em forma de salário. Para ele, existe uma lógica que tenta camuflar as lutas de classes, e que devido a uma parcela de trabalhadores que é mantido desempregado, o estado possui facilidade em reprimir qualquer reação (greves, por exemplo), o que contribui para um aumento da miséria. Assim, é preciso conhecer a realidade social através da “práxis”, compreendendo a sociedade pelas suas bases materiais, pois “ uma revolução só é possível em consequência de uma nova crise”. (Marx, 2011)

Seguindo a lógica da organização produtiva capitalista, os trabalhadores precisam se alimentar, vestir e se alojar, para tanto precisam receber uma fatia do produto de seu próprio trabalho, para que sejam bem alimentados, vestidos e alojados. O crescimento do capital seria também responsável pela criação de empregos, o salário tenderia a se ajustar no mercado de trabalho, logo, entende-se que não existe excesso de oferta de trabalhadores. (SMITH, 1983).

Ricardo (1985) destaca que as condições de vida da classe trabalhadora são prejudicadas com o aumento da produtividade associado ao emprego da maquinaria, visto que, há uma substituição do trabalho humano, o que ocasiona desemprego, baixa nos salários, e a deterioração dos trabalhadores. Para o autor, os trabalhadores precisavam regular o seu número, para superar o salário de subsistência, através da escassez de trabalhadores ao lado da demanda no mercado de trabalho. Ricardo muda de idéia, e abandona a noção de Smith de

que a demanda por trabalhadores cresce proporcionalmente ao capital que foi investido na produção, pelo contrário, a demanda cresce cada vez menos.

O capitalismo global financeiro provocou um contexto de expropriação econômica e exclusão social, sendo responsável pela perda de emprego, precarização das relações de trabalho, desintegração dos valores culturais e éticos, entre outras adversidades. (ABRANTES *et all*, 2009). O trabalhador se torna dependente do sistema, e esta situação contribui para a precarização do trabalho, pois o seu salário é de subsistência, o que proporciona minimamente as condições básicas de sobrevivência. É interesse do capitalista que o trabalhador consiga sobreviver minimamente, pois precisa da sua força do trabalho e da reprodução dos trabalhadores para atender a ordem das transições diárias do capitalismo.

A Economia Solidária e o trabalho coletivo como estratégia para a geração de renda

Estamos vivenciando momentos em que se destaca o aumento de ações coletivas, que buscam alternativas para minimizar o desemprego, e promover a inclusão social das pessoas. Nesta conjuntura, a Economia Solidária surge enquanto uma construção dessas ações coletivas, visando à possibilidade de amenizar as explorações nas relações de trabalho que ainda existe, sendo este, o propósito da organização dos trabalhadores em Empreendimentos Econômicos Solidários.

No Brasil, o cooperativismo passa a fazer parte das discussões a partir de 1880, num contexto de muitas transformações, tais como: a abolição da escravatura, a primeira república, e lutas socialistas. O cooperativismo surge como uma suposta alternativa ao momento de crise. (SANTOS, 2008).

A Economia Solidária ganha visibilidade no Brasil, a parti da década de 80, onde a coletividade se torna uma alternativa possível para os atores sociais que estão em sua maioria, excluídos do mercado de trabalho formal, e das possibilidades de consumo. A partir das décadas de 80 aos anos 90, começaram a surgir novas experiências de economia solidária, resultantes da crise do mercado de trabalho, e o aumento do desemprego, ocorridas no Brasil e em muitos países capitalistas. (CULTI, 2004).

Para Pochmann (2004), o marco inicial da economia solidária se deve à união de dois movimentos específicos do Brasil; de um lado, o crescimento do desemprego, e como conseqüência o enorme excedente de mão de obra. Do outro, à composição de um movimento constituído por grupos de militantes sociais e críticos articulados em favor da construção de alternativas de organização social no Brasil.

De acordo com Singer (2003) a economia solidária, por meio do seu surgimento, reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados diante da exploração capitalista, visto que diminui o exercito de reserva de mão de obra. Assim, demonstra através de novos princípios a luta contra o capitalismo e as suas ideologias. Trata-se de um fenômeno novo, baseado numa outra lógica econômica, fundamentada na busca de novas relações de trabalho, e numa sociedade que não seja marcada pelo individualismo contemporâneo.

A Economia Solidária busca a conciliação de aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos, questiona o modelo de “desenvolvimento” que trouxe graves conseqüências econômicas, sociais, e ambientais, e tem sido uma resposta importante aos trabalhadores. Pois aponta para uma nova forma de organização dos processos de trabalho ocasionados pelo desemprego.

Na perspectiva da Economia Solidária, surgem grupos de trabalhadores que buscam alternativas para a geração de renda através da associação e das práticas coletivas. São denominados de Empreendimento Econômico Solidário – EES, onde a administração é feita de forma coletiva pelos próprios trabalhadores, por meio de uma gestão participativa e democrática. Para além destas relações de trabalho e produção, se articulam com as questões políticas, sociais, ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.

De acordo com Gaiger (2009) os EESs se referem às organizações econômicas que se originaram da livre associação dos trabalhadores, sendo a cooperação a base do seu funcionamento. Estão presentes em setores populares onde os arranjos coletivos permeiam as relações de trabalho minimizando a presença de relações assalariadas.

A partir dos anos de 1844 que o movimento cooperativo começou a se estruturar e expandir, sendo pioneira a associação de tecelões. “O objetivo era formar organizações nas quais os indivíduos, através da adesão livre, estivessem em situação de igualdade e compartilhasse os mesmos valores de camaradagem e fraternidade”. Nestas as relações de poder não tem mais razão de ser, porém o exercício da democracia diária encontra uma série de obstáculos, mas o objetivo final da cooperação é a transformação de toda a sociedade. (ENRIQUEZ, 2000).

O termo empreendimento econômico solidário foi introduzido pelas formulações de Luis Razeto (Chile) acerca das formas de economia popular, no início dos anos 1980, o autor apontava grupos que se organizavam em torno de organizações econômicas, tendo em sua consolidação recursos pessoais, postos em comum, e alternativas de ajuda mútua, visando à satisfação das necessidades básicas. Suas raízes remetem ao século XIX europeu, quando a

proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção.

Os EESs se formaram e se formam a partir de diferentes circunstâncias, seja de uma massa falida ou de um grupo de desempregados, assim são oriundos de movimentos distintos e vivências diferentes, não seguindo a mesma ordem de uma empresa capitalista, “a economia solidária apresenta dinâmica diferenciada do que aceita o capitalismo, possibilitando práticas emancipadoras capazes de promover uma outra relação de trabalho.” (SANTOS, 2004).

Através dos empreendimentos, a Economia Solidária apresenta a propriedade comum dos meios de produção, visto que por meio da gestão coletiva, os trabalhadores buscam os seus interesses comuns. Contudo, existem muitas dificuldades para a permanência dessas formas de organização da produção, uma vez que se trata de um modelo de economia alternativa dentro de um sistema capitalista que está arraigado na sociedade.

A Economia Capitalista apresenta as relações verticalizadas, através das relações de exploração entre o patrão e o empregado no âmbito do trabalho, traz com a sua efervescência, diversos problemas sociais para toda a sociedade, enquanto que na Economia Solidária, as relações são horizontais e estabelecidas a partir da reciprocidade, solidariedade, cooperação, democracia e coletividade.

Existem diversos problemas no que concerne a participação dos indivíduos neste tipo de organização; no campo econômico, muitas vezes a renda gerada a partir do trabalho coletivo não é suficiente para garantir as necessidades básicas de sobrevivência; no campo sócio-político e o do bem estar social⁴, deparamos com resquícios da cultura capitalista onde predomina o individualismo e o consumismo. Assim, esses grupos estão engatinhando em busca de espaços para a produção, comercialização e escoamento dos produtos.

Esta iniciativa se desenvolve pelas classes populares, como alternativas coletivas para sobrevivência, e se amplia na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária no âmbito pessoal e coletivo tanto no meio urbano quanto rural. (LIMA et al, 2010). “Ser solidário em tempos de escassez é importante e ajuda no desenvolvimento social e local.” Destaca-se a importância da participação dos atores

⁴ Entende-se por bem-estar o conjunto de factores de que uma pessoa precisa para gozar de uma boa qualidade de vida. [...] O bem-estar social engloba, portanto as coisas que incidem de forma positiva na qualidade de vida: um emprego digno, recursos económicos para satisfazer as necessidades, um lar para viver, acesso à educação e a saúde, tempo para o lazer, etc. Apesar de a noção de bem-estar ser subjectiva (aquilo que é bom/favorável para uma pessoa pode não sê-lo para outra), o bem-estar social está associado à factores económicos objectivos. Conceito de Bem Estar Social. Disponível em: <<http://conceito.de/bem-estar-social>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

sociais nas questões sociais, como uma alternativa às problemáticas do desenvolvimento. (ARAÚJO e RODRIGUES, 2011).

Desta forma, trata-se de formas democráticas de organização da produção, onde todos participam, organizam, votam e decidem à gestão do empreendimento, se reconhecendo no produto final que foi produzido por todos, por meio de uma prática coletiva; são estes que constituem a Economia Solidária, surgem como uma necessidade de subsistência de uma parcela significativa da população trabalhadora, que se encontra à margem do mercado de trabalho formalizado, e excluída das empresas capitalistas. “Existem milhares de empreendimentos em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda.” (CAPRARIO, 2009).

A Economia Solidária, neste sentido funciona como um instrumento de mudanças nas relações de trabalhos existentes, e ao mesmo tempo é uma ferramenta de valorização do trabalho humano, significando não apenas um meio de sobrevivência de muitas pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, mas também, uma forma de se viver com dignidade. Estas novas estratégias de trabalho podem ser entendidas como uma alternativa capaz de minimizar as formas de exclusão, e a precarização nas relações de trabalho. Contudo, precisamos destacar que embora esta seja uma estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, ela surge num contexto de crise, não sendo suficiente para proporcionar melhores condições de vida e proteção social para a classe trabalhadora.

A economia solidária no Brasil e a Cooperativa do Riachão no norte de Minas Gerais

No Brasil, a partir da década de 80, a Economia Solidária ganha visibilidade, de forma que a coletividade se torna uma alternativa possível para excluídos do mercado de trabalho formal. Até os anos 90 surgem novas experiências como resultantes da crise do mercado de trabalho, e do aumento do desemprego. Dentre estas ações, podemos citar a maior visibilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EESs, como estratégia de enfrentamento do desemprego, e uma possibilidade de geração de trabalho e renda.

Para a consolidação de um EES é necessário que ocorra mudanças na subjetividade dos trabalhadores, a Economia Solidária por meio dos empreendimentos, apresenta um papel importante para a geração de trabalho e renda, visto que os EESs se apresentam em forma de grupos de produção coletiva, associações, cooperativas, entre outras, de forma que as atividades são realizadas a partir de uma prática democrática e autogestiva.

Os trabalhadores ao longo da história buscam sobrepor às crises sociais, políticas e econômicas, ocasionadas pela expansão do capitalismo e a precarização do trabalho que prejudicaram as condições de vida da classe trabalhadora, nesta perspectiva, apresentaremos alguns apontamentos sobre a economia solidária enquanto estratégia de sobrevivência.

Neste cenário, destacam-se as iniciativas voltadas para novas formas de organização da produção e do trabalho, apresentando caráter de coletividade, solidariedade e cooperação. O nosso olhar se foca para as ações de economia solidária e o seu viés social, onde destacamos o seu caráter enquanto uma estratégia socioeconômica, permeada em novos princípios e valores, composta de novas relações de trabalho.

Trazendo esta discussão para as nossas vivências, é preciso ressaltar que um intenso crescimento econômico marcou o final da década de 1960 e início da década de 1970, onde ocorreram transformações em vários setores da sociedade.

A instalação de indústrias em Montes Claros, uma cidade de porte médio, localizada no Norte de Minas Gerais, divide o espaço agrário do espaço urbano-industrial, assim, o crescimento da cidade ganha impulso em decorrência do grande número de imigrantes que passa a atrair. Neste contexto, grande parte dos imigrantes vinha da zona rural de Montes Claros e de várias cidades vizinhas, devido à precariedade de vida no campo, porém a cidade não conseguia absorver todo esse contingente de mão-de-obra desqualificada, o que gerou uma série de problemas urbanos, e um crescimento do êxodo rural. Esta cidade desempenha o papel de centro regional e se localiza na bacia do São Francisco, numa área de transição entre o domínio do cerrado e da caatinga, sendo o comércio, os serviços, a indústria e a agropecuária as atividades econômicas mais expressivas deste município, que atualmente ocupa uma área de 97 km², onde vive uma população de aproximadamente 289.183 habitantes. (LEITE e PEREIRA, 2004).

Neste trabalho, o nosso olhar se foca para as ações de economia solidária e o seu viés social, onde destacamos o seu caráter enquanto uma estratégia socioeconômica de sobrevivência, permeada em novos princípios e valores, composta de novas relações no âmbito do trabalho. Desta forma, pretende-se discutir a perspectiva do trabalho coletivo na economia solidária, a partir de vivências junto aos trabalhadores da Cooperativa do Riachão, localizada numa comunidade rural, no município de Montes Claros, Minas Gerais/Brasil.

Primeiramente destacamos o surgimento da Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba, que foi marcado pelas iniciativas da comunidade em busca de alternativas para conservação e restauração do rio Riachão e das áreas degradadas, visto que neste havia vários pivôs em sua nascente. Desta forma, sessenta e duas associações da sub-bacia do Rio

Riachão, se reuniram juntamente com quatro municípios: Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, e os agricultores se articularam junto às entidades de apoio: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, Centro de Agricultura alternativa - CAA, Cooperativa grande sertão, e Sindicatos dos trabalhadores rurais da região, no sentido de “salvar” aquele rio.

Logo em seguida, surge na comunidade do Riacho D’Antas, diversas preocupações acerca da geração de renda, neste sentido, os moradores buscaram o apoio de algumas entidades almejando medidas para fazer um aproveitamento dos frutos da região, uma vez encontrando em abundância o coco macaúba e o pequi.

No ano de 2000, o grupo de agricultores elaborou um projeto para fazer um aproveitamento dos frutos da região, uma vez encontrando em abundância além do coco macaúba, a predominância do coquinho azedo, mangaba, cagaita, e panã. Assim, neste mesmo ano se inicia a Unidade de beneficiamento do coco macaúba, composta por agricultores da comunidade Riacho D’Antas e adjacências, que então se responsabilizam pela coleta da matéria prima e pelo aproveitamento dos frutos do cerrado por meio da comercialização.

Nesta perspectiva, o grupo passa a se preocupar com a construção de uma estrutura física adequada para o processamento do coco e com o capital de giro para investir neste projeto. Para tanto, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF participou no processo de construção do galpão, da aquisição de ferramentas, maquinários, implantação de laboratórios e viveiros de mudas do coco macaúba.

Em 2011 surge a Cooperativa do Riacho D’Antas - Cooper Riachão devido uma proposta de parceria por meio de um contrato para produção de biodiesel; esta por sua vez exigia a formalização de uma cooperativa, para gerar o selo social da agricultura familiar, porém, este projeto não avançou, visto que o óleo devia ter até 55% de acidez o que não era possível para a cooperativa. Através de novas articulações conseguiram fechar um contrato de vinte anos com uma empresa produtora de biodiesel em São Paulo, sendo que para esta, o óleo podia conter até 80% de acidez devido à tecnologia que esta possui que é suficiente para a produção do biodiesel.

Desta forma, a UBCM e a Cooper Riachão trabalham em conjunto funcionando no mesmo endereço, no mesmo local, sendo o papel da associação fazer o processamento e a cooperativa à comercialização. Atuando juntas, possuem aproximadamente cinquenta e seis associados. O coco macaúba é o fruto principal, pois gera a torta, a ração animal, o endocarpo, o óleo da polpa para a produção do biodiesel, o óleo da semente, o sabão, o detergente, o sabonete, e diversos outros, assim, o coco é aproveitado em sua totalidade, conforme podemos observar em algumas imagens expostas abaixo:



Figura 1. Podemos observar na Fig. 1A. Alguns trabalhadores e filhos de trabalhadores da Cooperião/UBCM. Fig. 1B. O Sabão produzido através do beneficiamento do coco macaúba. Fig.1C. Armazenamento do coco macaúba no Galpão da Cooperativa. Fig.1D. Óleo extraído do coco macaúba.

Os associados apontam que entre as conquistas obtidas durante o processo de implantação da Cooperativa, se destaca a as parcerias com entidades de apoio que contribuem para a comercialização, especialmente nos espaços de feiras e eventos, e a facilitação da captação de recursos; entre outras conquistas, destacam os projetos que apóiam os agricultores; a expansão da comercialização e da procura pelos produtos; a participação dos associados; a aquisição de maquinários, pois quando começaram o processo era todo artesanal; a permanência dos trabalhadores em suas terras e na comunidade, e o retorno de muitas pessoas que foram para as cidades. Além disso, destaca que o produto que comercializam foi analisado em laboratório e comprovado a qualidade, o que facilita a sua divulgação e escoamento.

[...] Atualmente a Associação Riacho D'antas é gestora de uma Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba – UBCM produzindo produtos de limpeza, óleo vegetal e ração animal. Para tal, processam cerca de 12.000

(doze mil) caixas de coco macaúba por ano, produção esta toda advinda da Agricultura Familiar.⁵

Alguns elementos podem ser apontados por meio do contexto histórico da UBCM, de imediato percebemos a movimentação da Comunidade Riacho D'Antas no processo de articulação dos municípios de Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, a fim de mobilizar a população e os órgãos competentes acerca da preservação do meio ambiente, especialmente do Rio Riachão.

Neste sentido, evidenciamos aspectos culturais, políticos e sociais em meio a um projeto de conscientização ambiental, que se tornou contínuo diante da criação da UBCM e da COOPERIACHÃO, com a finalidade de fazer o aproveitamento dos frutos do cerrado em abundância na localidade, gerar trabalho e renda e desenvolver a comunidade para a melhoria de vida das famílias locais. Estes elementos permeiam as relações sociais estabelecidas no grupo, e os princípios cultuados dentro do Empreendimento Econômico Solidário - EES, que no âmbito da Economia Solidária agrega outros valores como a solidariedade, coletividade, democracia, entre outros que foram citados ao longo deste estudo.

Desta forma, trata-se de uma organização composta de novos valores éticos, diferentes daqueles cultuados na economia capitalista. Neste sentido, a solidariedade, é o elemento essencial para o EES e para a economia solidária, é o que diferencia da economia capitalista, e caminha junto com todas as outras representações citadas, assim, um EES consegue consolidar a democracia. (SANTOS, 2004).

Considerações Finais

Olhando para a dinâmica do trabalho e a sua precarização, é possível perceber o quanto os trabalhadores tendem a estarem submissos as leis de mercado e ao sistema capitalista. Os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviverem, sendo esta a sua única mercadoria, ele não possui outra opção senão se submeter.

Por um lado, existe um exercito de reserva de mão de obra que contribui para os baixos salários e para as más condições de trabalho, ou seja, ou o trabalhador aceita as

⁵ **Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba:**

Empreendimento Incubado pela ITCP / Unimontes. Disponível em < <http://itcpunimontes.blogspot.com.br/2010/12/ubcm-unidade-de-beneficiamento-de-coco.html> > Acesso em: 25 abril. 2012.

condições oferecidas ou pode ser substituído por outro trabalhador que estando desempregado aceitará facilmente as condições oferecidas.

Por outro lado, a intensa divisão do trabalho e a especialização do processo produtivo interferem na criatividade do trabalhador e contribui para o seu estranhamento no processo produtivo, sendo assim, a alienação do trabalhador o torna dependente do sistema, se antes ele tinha uma percepção do produto do início ao fim, agora seu trabalho é especializado e resumido a uma atividade repetitiva e maçante, onde só consegue perceber as partes de sua função desenvolvida.

A exploração do trabalho ocorre simultaneamente à apropriação da mais-valia, uma vez que o trabalhador produz mais valor do que ele recebe em forma de salário, ou seja, o trabalho é responsável pela riqueza, mas é apropriado por quem não trabalhou e sim por quem possui os meios de produção.

Além disso, é importante ressaltar que a implementação da maquinaria contribui para o aumento da produção, mas substitui o trabalho humano, ocasionando a precarização das condições de vida do trabalhador, pois pode gerar desemprego e piorar os salários, através do aumento do exercito de reserva de mão de obra associado à diminuição de oferta de emprego.

Percebe-se que o crescimento econômico aliado a busca incessante de lucro e de acumulação de capital, provocou conseqüências para o homem em sociedade, especialmente para o trabalhador, na medida em que esta ação foi separada das questões sociais, culturais, ambientais e políticas, o que contribuiu para a precarização do trabalho e para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

O processo de aumento do desemprego e da precariedade nas relações de trabalho atuou como um fator que desencadeou as iniciativas coletivas voltadas para a geração de trabalho e renda, sendo essa busca de alternativas marcadas pelo surgimento de novas formas de organização da produção e do trabalho, apresentando caráter de coletividade.

Dentre as conquistas obtidas diante dessas práticas de organizações coletivas, podemos citar a autonomia dos trabalhadores nas relações de produção, a valorização do trabalho humano, a igualdade no processo de tomadas de decisões, a autogestão de um EES onde todos são donos, o envolvimento sociopolítico com as questões voltadas para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento da localidade, a solidariedade, a coletividade, além dos sentimentos de realização e pertencimento ao grupo.

Assim, através das várias formas de organizações econômicas, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação é a base, poderemos questionar sobre s

possibilidades de implantação de um sistema econômico que não mais esgote o capital humano, tendo como objetivo a promoção de uma outra relação de trabalho.

Contudo, apesar da economia solidária surgir como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, ela é uma ação pontual, que necessita do amparo de políticas públicas, uma vez que ainda não é suficiente para proporcionar melhores condições de vida e proteção social para a classe trabalhadora.

Referências

ABRANTES, Sidinéia M. de S; RAMOS, Edina S; RODRIGUES, Luciene; ROCHA, Sidnéia S. **Economia Solidária E Capital Social: O Caso da ITCP UNIMONTES**. Revista Desenvolvimento Social, Montes Claros - Nº 4 - dez 2009.

ALBORNÓZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho: ensaios sobre o trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; RODRIGUES, Luciene. **A Economia Solidária Como Estratégia de Obtenção de Recursos: Uma Análise A Partir Dos Bancos Comunitários**. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES. 07 a 10 de agosto de 2011, Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA).

_____. **Questão Social, Redes de Solidariedade e Estratégias de Sobrevivência das Famílias entre Recursos Materiais e Simbólicos: Uma Análise na Região do Cerrado Norte Mineiro**. Anais do I circuito de Debates Acadêmicos, 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo31.pdf. Acesso em 23 jul. 2014.

CAPRARIO, Sara. **Feira Sustentável 2009 reúne Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pesca**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2009. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4772&Itemid=1. Acesso em: 23 mar. 2012.

CATTANI, Antônio David. LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional de uma outra Economia**. São Paulo: Gráfica de Coimbra, 2009.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos**. 2004. Disponível em: www.unitrabalho.uem.br/ Acesso em: 30 mar. 2012.

ENRIQUEZ, Eugêne. Vida Psíquica e organização. In: MOTTA, Fernando C. P.; FREITAS, Maria Ester de. Orgs. **VIDA PSÍQUICA E ORGANIZAÇÃO**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GRINT, Keith, **Sociologia do trabalho**, Lisboa, Piaget, 1998.

LEITE, Marcos Esdras. PEREIRA, Anete Marília. A Expansão Urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2004.

LEWIS, W. Arthur. **O desenvolvimento econômico como oferta ilimitada da mão-de-obra**. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. Org. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1969.

LIMA, Camila C; MACEDO, Ana C. P; RAMOS, Edina Souza. A Produção dos Sujeitos do Trabalho nos Processos de Formação e Qualificação nos Empreendimentos Econômicos Solidários. 2010. Disponível em: www.congressods.com.br/.../trabalhos/.../Edina%20Souza%20Ramos.pdf. Acesso em 15 de out. 2013.

LUCENA, Carlos. **A Humanidade, a Natureza e o Trabalho**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p. 51-63, dez. 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. O método da economia política. In: **Grundrisse: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

POCHMANN, Marcio. **ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: Possibilidades e Limites**. Disponível: <www.ufpa.br/itcps/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. Cascavel: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004.

SANTOS, Edmárcio Nunes do. **Economia Popular Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Montes Claros, 2008. 59 p. Monografia (graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros.

SINGER, P. e SOUZA A R., **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causa. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba:

Empreendimento Incubado pela ITCP / Unimontes. Disponível em <

<http://itcpunimontes.blogspot.com.br/2010/12/ubcm-unidade-de-beneficiamento-de-coco.html>> Acesso em: 25 abr. 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.